

PRÁTICAS DE CONTROLE E TERRITORIALIDADES NA CIDADE: UM ESTUDO SOBRE LAVADORES E FLANELINHAS

Paula Fernandes Furbino Bretas¹, Luiz Alex Silva Saraiva².

Artigo recebido 10/05/2013. Aprovado em 12/09/2013.

RESUMO

O interesse recente de pesquisadores de estudos organizacionais sobre a cidade sugere que se trata de um objeto oportuno para a pesquisa. Com base nisso, o objetivo neste artigo é analisar como formas de controle se configuram na cidade no contexto da territorialidade, tendo sido escolhido como *locus* o discurso da mídia sobre o trabalho dos flanelinhas e lavadores de carro da cidade de Belo Horizonte. A partir de uma abordagem qualitativa, foram coletadas 22 reportagens que especificamente tratavam do tema, material cujo conteúdo foi trabalhado mediante análise qualitativa de conteúdo. Os principais resultados sugerem que o uso de práticas formais de controle tenta promover a desterritorialização e legitimar discursos hegemônicos, silenciando sobre outros problemas urbanos. Assim, atores que não tem seus interesses defendidos desenvolvem práticas de controle na cidade, o que deveria ser considerado na gestão urbana, já que a cidade inclui as vivências da sua população.

Palavras chave: Territorialidade. Territorialização. Práticas de controle. Cidade.

Esta obra está licenciada sob uma Licença *Creative Commons Attribution 3.0*.

1 Mestranda em Administração pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Brasil. paulaffb@gmail.com

2 Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG-Brasil. saraiva@face.ufmg.br

CONTROL PRACTICES AND TERRITORIALITIES IN THE CITY: A STUDY ABOUT MEDIA DISCOURSE ON CAR WASHERS AND CAR KEEPERS

ABSTRACT

Recent interests in organizational studies suggest that the city is an oportune research subject. This paper presents how control practices are configurated in the city. From a contextual territoriality, the research locus media discourse about work of car washers and car keepers in Belo Horizonte, Brazil, was chosen. Starting from a qualitative approach, 22 newspaper reports which specifically discussed this theme were collected. Qualitative content analysis was applied. Main results suggest that the use of formal control practices in teh city tries to deterritorialize and legitimate hegemonic discourses, silencing voices about other urban problems. As a result, agents without deffended rights create control pratices in the city, which should be considered at urban management, once city includes its population' experiences.

Keywords: Territoriality. Territorialization. Control Practices. City.

The content of GESTÃO.Org is licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 license.

1. INTRODUÇÃO

O estudo das cidades vem, aos poucos, ganhando espaço no âmbito dos estudos organizacionais, conforme atestam os trabalhos de Santana et al. (2013), Saraiva e Carrieri (2012), Mendes e Cavedon (2012), Coimbra e Saraiva (2012), Ipiranga (2010), Fantinel e Cavedon (2010), Carrieri, Maranhão e Murta (2009) e Carrieri et al. (2008) o que, portanto, direciona o desenvolvimento deste artigo. Entende-se cidade aqui como espaço vivido, espaço onde se produz e se reflete significados, cuja organização forma uma base material que permite a reflexão de sensações e práticas sociais (IPIRANGA, 2010).

Prestes Motta (1979) defende que a organização faz parte de um sistema social maior. Portanto, faz-se necessário compreender esse sistema maior, a sociedade, para avançar nos estudos organizacionais, incluindo a cidade, complexa por ser espaço de interação e hibridismo, nesse processo. Nesse sentido, é interessante perceber como atores sociais configuram práticas organizativas na cidade, já que a construção da cidade não é prerrogativa exclusiva do poder público. Apesar de existirem regras formais, a vida urbana sugere outras perspectivas de controle, por exemplo, de diversas frentes como regras morais, negociações entre partes, limites das regras formais e informais, o que nos demonstra um quadro generalizado de jogos de poder (TELLES; HIRATA, 2010).

Tomando como quadro de referência o trabalho informal dos lavadores de carro de Belo Horizonte, busca-se, nesse artigo, analisar como formas de controle se configuram na cidade no contexto da territorialidade. Levando em consideração que, desde meados dos anos 1990 o Estado vem tentando formalizar o setor informal, como por exemplo, por meio da criação de *shoppings* populares (CARRIERI; MARANHÃO; MURTA, 2009) e desterritorialização de camelôs (MENDES; CAVEDON, 2012; CARRIERI et al., 2008) entre outras maneiras e que, em Belo Horizonte, essa tentativa tem sido ampliada por meio da criação do Código de Posturas, têm-se, como objetivos específicos: identificar e compreender estratégias de controle formais e informais adotadas e sofridas pelos lavadores de carros; analisar como a mídia constrói e legitima discursos a respeito do trabalho informal dos lavadores de carros e sugerir possíveis implicações desses discursos.

Para subsidiar a análise, foram coletados dados secundários sobre lavadores de carros e flanelinhas na cidade de Belo Horizonte. Foram coletadas reportagens publicadas ao longo de 2012, totalizando 22 matérias. Foi utilizado o Jornal Estado de Minas como fonte, por ser esse o de maior tradição e circulação do estado. Os dados foram analisados à luz da técnica qualitativa de análise de conteúdo (BARDIN, 2008). O artigo está estruturado em quatro partes. Na sequência desta introdução, apresenta-se o referencial teórico que visa discutir as ideias de território, territorialidade e competição por território. Logo, seguirá a metodologia e a análise dos dados obtidos a partir das reportagens. E, por fim, na quarta e última parte serão tecidas as considerações finais.

2. TERRITÓRIO

Muitas são as áreas que estudam o território como aspecto explicativo da realidade. Apesar das diferentes abordagens entre áreas e correntes de estudo. Riceto e Silva (2008) citam algumas delas, mas suas caracterizações não devem ser tomadas como exclusivas: na Antropologia, por exemplo, dá-se atenção preferencial aos aspectos simbólicos. Já na Ciência Política, são enfatizadas as relações de poder, enquanto que, na Economia, percebe-se o território como fator locacional ou como base da produção (RICETO; SILVA, 2008).

Apesar das várias abordagens possíveis, é essencial reconhecer certa confusão que se dá nos estudos do território ao usá-lo como sinônimo de espaço (RAFFESTIN, 1993). Para Cunha e Silva (2007, p. 15), “o território é constituído a partir do espaço”. Dessa forma, o espaço é anterior ao território e este se apoia naquele, mas o território não é o espaço (FERNANDES, 2005): “é uma produção, a partir do espaço”, segundo Raffestin (1993, p. 2). Ao encontro dessas ideias, Riceto e Silva (2008) fazem a distinção entre espaço e território: o espaço, de certa forma, seria o substrato onde se constituem as demais categorias, isto é, o território, a paisagem, a região, o lugar, dentre outras. Na interação entre os dois, tem-se que a apropriação do espaço impõe limites e fronteiras transformando-o em território (RICETO; SILVA, 2008). A cidade, assim, pode ser vista como uma conexão entre território e espaço (GEIGER, 2006).

Mas, se o território é uma produção, quem o produz? Segundo Fernandes (2005), são as relações sociais que transformam o espaço em território, podendo ser esse espaço material e imaterial, como por exemplo, no caso de espaços políticos, culturais, econômicos e ciberespaços. Raffestin (1993, p. 2) argumenta que o território “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço”. Silva (2009) ainda lembra que toda e qualquer ação que a sociedade desenvolve interfere na vida social, política, econômica e cultural das sociedades. Portanto, os atores podem estar envolvidos ou não nos processos decisórios de uso e produção do território (CUNHA; SILVA, 2007). Staub (2004, p. 36) sintetiza como conceito de território como

[..] o lugar em que indivíduos competem pela exclusão do outro ameaçador. De forma mais ampla é representado pelos 'objetos' físicos ou abstratos que mediam as disputas entre indivíduos, grupos ou coletividades organizacionais.

Haesbaert (2004) entende que território está associado ao poder, tanto no sentido mais concreto (dominação) quanto no sentido mais simbólico (apropriação).

Contudo, tais acepções não caminham juntas, havendo uma sobreposição da primeira em relação à segunda pela dinâmica da acumulação capitalista - que transforma espaços em mercadorias e sufoca possibilidades de reapropriação. Dessa forma, “território e os processos de des-territorialização devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, conseqüentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m)” (HAESBAERT, 2004). Assim, inserido numa relação onde o poder se manifesta para produzir e manter o espaço apropriado, o território é convenção e confrontação ao mesmo tempo. Possui limites, fronteiras, conflitualidades, sendo, portanto, um espaço político caracterizado pela inerência das dimensões de poder e controle social (FERNANDES, 2005). Nesse sentido, o território não pode ser tido como um conceito isolado: para sua análise, deve ser considerado a partir de seu uso e dos atores que dele se utilizam (STAUB, 2004).

Para Araujo (2010, p. 2), “o espaço vivido marca a ação do homem naquele local, criando relações de trabalho e afetividade”. As relações sociais não são neutras. Elas possuem intencionalidades, isto é, uma visão de mundo que se delimita para se diferenciar e ser identificada (FERNANDES, 2005). Nesse sentido, Araujo (2010) conclui que a administração e o controle da organização espacial diferenciam-se de acordo com os grupos sociais presentes. Assim, tanto a existência quanto a destruição de um território serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço, podendo o território ser espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência (FERNANDES, 2005).

Quadro 1 - Reportagens do Estado de Minas (Online)

- Acordo firmado para coibir ação de manobristas no Sion não está sendo cumprido
- Mistura de álcool, imprudência e falta de educação vira tormento em Belo Horizonte
- Flanelinha é condenado por furto em BH
- Ladrão é espancado por testemunhas no Centro de BH
- Estacionamentos de Belo Horizonte podem ser tabelados
- Lavadores de carro isolam avenida no Santo Agostinho
- Aprovado pela Câmara Municipal projeto de lei que regulamenta atividade de flanelinha
- Motoristas estão sob marcação cerrada dos flanelinhas no entorno da Arena Independência
- Frescão de BH começa a circular na segunda
- Estacionar em BH doi no bolso
- Estacionar em BH encareceu até 27,7%
- Legalização de flanelinhas é barrada porque muitos tem maus antecedentes
- Nem sindicato dos lavadores tem controle sobre flanelinhas na capital
- Vagas de motos estão nas mãos de flanelinhas ilegais
- Em meio a desabastecimento na Grande BH, moradores são flagrados jogando água fora
- Flanelinhas continuam atuando à vontade na capital
- À sombra da falta de fiscalização, flanelinhas loteiam pontos mais movimentados de BH
- Dono da rua do Funcionários fica com a maior parte dos lucros e decide quem trabalha
- Falta de fiscalização permite que motoristas privatizem vagas de rotativo em BH
- Flanelinhas contam com influência de clientes e estabelecem relações de benefício ilícito
- Flanelinhas loteiam estacionamentos na Região Centro-Sul de BH
- Veja como agem os flanelinhas que comandam esquemas ilegais em Belo Horizonte

Fonte: Elaborada pelos autores.

Como modalidade de interpretação de textos, a análise de conteúdo foi utilizada para o tratamento dos dados. Ela é definida por Bardin (2008, p. 38) como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de

GESTÃO.Org – Recife/PE – Brasil - Vol. 11, N.º. 2 p.247 -270 Maio/Set. 2013
www.revista.ufpe.br/gestaoorg

conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Bardin (2008) explica que a técnica de análise pode ser qualitativa ou quantitativa. Neste trabalho, adota-se a primeira, com o foco de penetrar nas ideias, mentalidades, valores, e intenções do produtor para a compreensão da mensagem, analisando-se palavras, frases e temas. Objetivou-se decompor as unidades lexicais ou temáticas e classificá-las em categorias, extraindo seus significados patentes ou ocultos.

Com base em Cappelle et al. (2003), os procedimentos de análise qualitativa do discurso, a partir dos objetivos específicos, os conteúdos das reportagens foram reorganizados, tendo originado categorias de conteúdo. Embora não seja necessário expor os trechos dos depoimentos, optou-se por preservá-los no artigo, ainda que não haja uma interpretação literal, já que o seu conteúdo constitui o foco. As categorias de conteúdo foram agrupadas a partir de dados pré-analisados, posteriormente foram exploradas e, em seguida, tratados os dados até a sua interpretação, conforme pode ser visto na confecção dos quadros de derivação da categoria final de conteúdo, na seção seguinte.

Como observação final, destaca-se que utilizou-se o uso da formatação **negrito** para destacar seleções lexicais. As categorias de discursos identificadas foram: a legitimação do código de posturas, a indiferença para com os que trabalham na rua e a crítica da territorialização sem suporte “empresarial”, a (parte da) cidade que interessa e o julgamento de práticas sociais cotidianas capitalistas.

3. ANÁLISE DOS DISCURSOS DA MÍDIA

O tratamento das reportagens permitiu que se chegasse a quatro categorias finais de conteúdo, material que será sistematicamente tratado nessa seção. São elas: a) Legitimação do código de posturas; b) A indiferença e a crítica da territorialização sem suporte “empresarial”; c) A (parte da) cidade que interessa; e d) O julgamento de práticas sociais cotidianas capitalistas.

Legitimação do código de posturas

Quadro 2 - Processo de derivação da categoria final de conteúdo:

Legitimação do código de posturas

Categorias iniciais	Ideias-chave	Categoria final
<p>1. Diferenças formais entre lavadores de carros, guardadores de carros e flanelinhas não são consideradas pela mídia.</p> <p>2. A cotidiano desses profissionais é “ameaçador” para a sociedade, o que inclui o fato de serem “desperdiçadores”.</p>	<p>3. Tratamento das diferentes ocupações sem diferença como forma de denúncia de perturbação da “ordem”.</p> <p>4. Necessidade de obediência do código de posturas municipal.</p> <p>5. Há territorialidades condenáveis.</p>	<p>6. Legitimação do código de posturas.</p>

Fonte - Elaborado pelos autores a partir das reportagens.

Inicialmente, tem-se que o Código de Posturas de Belo Horizonte faz diferenciação entre lavadores de carros, guardadores de carros e flanelinhas. Os primeiros seriam os trabalhadores credenciados a partir da obtenção de uma licença junto à Prefeitura. Os segundos seriam voluntários, para os quais não existe regulamentação. Já os flanelinhas seriam as pessoas que atuam de forma irregular, sem a licença exigida. Entretanto, essa diferenciação nem sempre é feita nos discursos da mídia.

Flanelinhas continuam atuando à vontade na capital. PBH admite que não vai investigar atuação de **flanelinhas cadastrados** que **desrespeitam a lei**, **invadem espaços reservados** e cometem **irregularidades** em vários pontos da cidade.

Flanelinhas licenciados pela PBH não respeitam as normas do credenciamento, invadem espaço de outros e comandam esquemas ilegais que chegam a render R\$ 6 mil por mês.

Quando a reportagem cita a lei, incluindo essas diferenciações, ele não trata do paradoxo da relação guardador-flanelinha: existirão guardadores de carro voluntários que trabalham sem ter a intenção de ganhar algum dinheiro, ou só o fazem em função do ganho econômico? Nesse sentido, flanelinhas e guardadores de carro não poderiam então ser considerados como atuantes no mesmo trabalho?

Tanto o órgão municipal quanto a mídia sugerem que, com o credenciamento, haverá mais controle da atuação dos lavadores/flanelinhas por parte da prefeitura. E que esse controle, a ser garantido pela fiscalização, seria a solução para alguns problemas urbanos.

À sombra da **falta de fiscalização**, flanelinhas loteiam pontos mais movimentados de BH.

Fiscalização ineficaz ou inexistente, abuso de flanelinhas, falta de civilidade e aumento da frota contribuem para uma realidade que o belo-horizontino já sentiu: a oferta de vagas na cidade caiu drasticamente.

Nem Sindicato dos Lavadores **tem controle** sobre flanelinhas na capital. **Abusos** praticados por **cadastrados e clandestinos** são reconhecidos pela própria entidade que representa guardadores, a mesma que considera a **fiscalização tolerante e deficiente**.

Percebe-se a defesa do discurso de que é necessário credenciar e fiscalizar para resolver problemas urbanos como uma dada visão de mundo, que possui intencionalidades, e que, portanto, molda a administração e o controle da organização espacial de com acordo com interesses de grupos (ARAUJO, 2010; FERNANDES, 2005). Contudo, os flanelinhas utilizam diversas práticas para a defesa de seu território, como a fuga da fiscalização e acordos com motoristas que estacionam os carros. Tais práticas parecem ser negligenciadas quando se faz a defesa desse discurso de controle pela fiscalização e demonstram que as relações sociais dão movimento ao espaço, podendo o território ser espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência (FERNANDES, 2005).

Algumas reportagens citam a rede de relacionamentos criada pelos flanelinhas/lavadores para a defesa de seu território. A relação com porteiros e

clientes é tratada de forma negativa pela mídia, o que se observa a partir dos termos destacados nos discursos que seguem:

Coniventes, os motoristas aproveitam para se beneficiar das atitudes irregulares dos flanelinhas. No entanto, a **sensação** de que o favorecimento aos clientes traz segurança é falsa.

Em vez de ficar na portaria, porteiros **colaboram** com os flanelinhas fornecendo água e guarda ao material que usam.

Têm **acordos** com porteiros de edifícios e, quando chegam, buscam **tranquilamente** os equipamentos dentro de garagens. **Não têm qualquer pudor** em deixar o material na porta dos prédios, bloqueando a passagem dos moradores.

Entretanto, percebe-se que essa é uma das formas do indivíduo exercer poder no seu território, de deixar a sua marca (JERONIMO; GONÇALVES, 2008). Além disso, é uma forma de criar limites dos territórios simbólicos, obtendo controle dos recursos valiosos como informações e pessoas, os bons relacionamentos e a autoridade para influir em decisões estratégicas (STAUB, 2004). E, se essa relação trazer benefícios mútuos, mesmo que sejam ilícitos, dificilmente se minará o poder exercido apenas com o aumento de fiscalização. Como a própria reportagem sugere, os lavadores/ flanelinhas conseguem fugir dos agentes da prefeitura que visam exercer seu mecanismo de controle formal por meio da aplicação de multas e apreensão de licenças de trabalho.

O discurso da mídia caracteriza os flanelinhas e o trabalho informal em si de forma negativa, silenciando outros problemas e nuances advindos com a questão. A negatividade vem do uso dos vocábulos: **mal encarados, algazarra, desmandos dos flanelinhas, atormentam moradores**, além das relações feitas entre crimes de furto e roubo e os flanelinhas. A mídia dá voz ao flanelinha, para que ele explique como construiu suas relações, mas ao mesmo tempo tenta desconstruir esse discurso:

Mas a história **não é tão espontânea assim**. Antes de ele chegar à rua, por volta das 9h, os primeiros que aparecem são homens **mal encarados** que só vão embora quando Toninho chega e os libera. A função dos **brutamontes** é deixar claro aos primeiros clientes que o carro está sob vigilância e inibir a entrada de outros lavadores nos **domínios do 'rei' da rua**.

Certas vezes, o assunto principal da reportagem nem era os flanelinhas/lavadores. O assunto era **desperdício de água** e esses atores foram lembrados de forma negativa como indivíduos que participam de **cejas corriqueiras e condenáveis** como encher baldes para lavar carros. O interessante é notar que o trabalho em si, de lavar carros, está sendo condenado, e não apenas o desperdício de água. Se a intenção fosse diferente, a seleção lexical abrangeria a palavra desperdício na lavagem de carros (não somente dos lavadores informais, mas também de todos aqueles que lavam carros, inclusive empresas e donos de carros). Portanto, percebe-se a tentativa de influenciar a construção da identidade que a sociedade cria a partir de relações de poder, afetividade, enraizamento e apropriação do espaço, explorando dimensões objetivas e subjetivas das vivências do cotidiano (STAUB, 2004; ARAUJO, 2010).

Analisando essa lógica de legitimação do Código de Posturas como metonímia e, portanto, sendo parte do discurso oficial da Prefeitura, observa-se que alguns problemas são silenciados na mídia como a falta de medidas tomadas para resolver a questão do trânsito de Belo Horizonte, o número de pessoas atuando profissionalmente de forma precária por falta de qualificação, a falência do sistema de estacionamento rotativo diante das práticas sociais desenvolvidas na sociedade, o mau emprego dos montantes arrecadados com as multas, entre outros problemas. Essa legitimação aliada a silenciamentos são configurações da gestão territorial, na qual o poder pode estar inerente aos interesses de atores que disputam a hegemonia do poder local (CUNHA; SILVA, 2007).

Um exemplo é visto em uma reportagem na qual a mídia relata o aumento de preços dos bilhetes do estacionamento rotativo acima da inflação, e coloca a justificativa, da Prefeitura de Belo Horizonte, de que houve aumento da demanda. Não questiona se essa seria a solução para o problema, e a matéria é concluída com um discurso institucional da BHTRANS lembrando alguns benefícios do uso do rotativo: um bônus concedido de 30 minutos nas folhas de rotativo e a utilização dos valores para investimento em obras.

A indiferença e a crítica da territorialização sem suporte “empresarial”.

Quadro 3 - Processo de derivação da categoria final de conteúdo:
A indiferença e a crítica da territorialização sem suporte “empresarial”

Categorias iniciais	Ideias-chave	Categoria final
7. Reconhecem-se as diferenças dos trabalhadores contratados por empresas. 8. Defende-se alguns tipos de serviços, desde que devidamente “administrados”. 9. Desvalorização do trabalho “de rua”.	10. A profissionalização e os artefatos visíveis demarcam distinção dos trabalhadores formais dos “da rua”. 11. Trabalhadores informais não merecem maior consideração; sua atividade não tem valor.	12. A indiferença e a crítica da territorialização sem suporte “empresarial” .

Fonte - Elaborado pelos autores a partir das reportagens.

Como discutido anteriormente, existe uma distinção entre lavadores e flanelinhas que nem sempre é adotada nos discursos da mídia. Contudo, é interessante notar que, quando se trata de trabalhadores contratados por empresas, a distinção é realizada. As reportagens os tratam como manobristas e utilizam até um nome estrangeiro para nomeá-los, *valets*. Além disso, descrevem a roupa dos trabalhadores como demarcador de seu trabalho a serviço da classe média/ alta. Nesse caso, percebe-se o uso de marcadores, artefatos e símbolos para marcar um território ocupado, como vestimenta, púlpitos e bancos no passeio e placas no asfalto (STAUB, 2004; RICETO; SILVA, 2008).

Acordo firmado para coibir ação de **manobristas** no Sion não está sendo cumprido.

Os homens **engravatados** permanecem por lá, com seus púlpitos e bancos no passeio, além de placas no asfalto anunciando a presença dos manobristas.

[...] continuam a oferecer o serviço conhecido como *valet* aos clientes.

A matéria relata que empresas infringem acordos firmados com o Ministério Público para a não existência dos manobristas. Contudo, na construção do discurso, são utilizadas falas de vários atores para legitimar o uso desses serviços e explicar a importância deles para as empresas.

Emerson Ribeiro, funcionário **com carteira assinada** de uma empresa do setor, os manobristas atendem, em média, 18 carros por dia e muitos **clientes não abrem mão da comodidade**.

O presidente da **Associação Brasileira dos Bares e Restaurantes** [...] argumenta que, em vez de proibir, é preciso **regulamentar** a atividade.

Apesar de tudo, o engenheiro civil Eduardo de Camargo, de 62 anos, que chegou com um **veículo importado** a um dos estabelecimentos, **não dispensa o serviço**.

Já **consolidada na capital paulista**, a regulamentação do serviço de manobra tramita há pelo menos seis anos na Câmara Municipal de Belo Horizonte, mas até hoje não saiu do lugar.

A legislação também autoriza o uso da área em frente ao estabelecimento para embarque e desembarque de passageiros, mas **exige o pagamento** ao município para a **ocupação** pelo serviço de *valet*.

Percebe-se, assim, como diferentes atores exercem diferentes estratégias de poder na defesa de seu território: os trabalhadores afirmam a formalidade do trabalho, a associação de bares defende a regulamentação da atividade e as empresas utilizam argumentos econômicos para se defenderem. Mesmo a mídia apresentando a denúncia com base na reclamação de moradores, ela constrói um discurso na tentativa de amenizar o conflito, oferecendo soluções e justificativas, criando, assim, a superposição de territórios e explicitando relações de poder (CUNHA; SILVA, 2007).

Em algumas reportagens, os vocábulos que caracterizariam o trabalho informal como um tipo de relação de trabalho aparecem entre aspas como: **funcionários, patrão, clientela, clientes**. Isso traz uma conotação negativa ao termo, significando que, por estar entre aspas, não se pode considerá-lo no sentido literal da palavra. Além desse aspecto de não-normalidade do trabalho informal, ele sempre aparece como privatização indevida de espaço público, ocasionada pela falta de fiscalização.

Entretanto, é interessante observar que o discurso da privatização de espaço é condenado no caso dos lavadores de carro e legitimado no caso da iniciativa privada, configurando a interação da competição territorial na qual um ator se defende frente à invasão do outro (STAUB, 2004). Uma das matérias apresenta uma solução para o problema da falta de vagas no hipercentro: a prefeitura está fazendo licitações para construir estacionamentos subterrâneos que serão geridos pela iniciativa privada. O verbo **melhorar** e o interdiscurso **forçar algumas empresas a reduzir os preços** denotam o aspecto positivo dado à ação do poder público.

Para **melhorar** o trânsito na capital e ao mesmo tempo **‘forçar’ algumas empresas a reduzir os preços**, a prefeitura vai abrir licitação para a criação de oito estacionamentos subterrâneos. Serão quase 3,5 mil vagas. A expectativa é de que os empreendimentos sejam inaugurados antes da Copa do Mundo de 2014. As vagas serão gerenciadas pela iniciativa privada, que vai desembolsar o custo das obras. O preço da hora deve ficar em torno de R\$ 7,90.

Dessa forma, a mídia legitima o discurso da negatividade do trabalho informal e, assim como no caso dos *shoppings* populares (CARRIERI et al., 2008), transfere parte de sua responsabilidade do poder público para a iniciativa privada. Nessa reportagem, fica silenciada a questão dos lavadores/flanelinhas frente a essa possibilidade de estacionamentos privados com ares de público.

A (parte da) cidade que interessa

Quadro 4 - Processo de derivação da categoria final de conteúdo:

A (parte da) cidade que interessa

Categorias iniciais	Ideias-chave	Categoria final
13. Reportagens sobre os problemas da zona sul de Belo Horizonte.	16. Levantamento de problemas de um grupo social específico.	19. A (parte da) cidade que interessa
14. Se os estabelecimentos comerciais tivessem mais manobristas, haveria tranquilidade.	17. Deve ser preservada a tranquilidade dos que, na cidade, consomem.	
15. Concentração de lavadores de carro e fiscalização na	18. Busca e manutenção da “ordem” em apenas uma parte da cidade, para onde	

zona centro sul.	se emite registros e se controla o trabalho.	
------------------	--	--

Fonte - Elaborado pelos autores a partir das reportagens.

Enquanto a maior parte das reportagens refere-se a situações da Zona Sul de Belo Horizonte, isso não significa que as outras regiões da cidade não possuam questões semelhantes. Significa que a mídia fez uma escolha de defender interesses e cobrar respostas de certo grupo social. É interessante observar a caracterização que a mídia faz dessas regiões pela seleção léxica **nobre reduto**.

[...] para que os órgãos coíbam a ação dos profissionais no **nobre reduto** gastronômico.

Contudo, percebe-se que a mídia ora ameniza conflitos causados por moradores ora lhes defende, legitimando os discursos que reclamam da reserva de vagas por manobristas de estabelecimentos comerciais. Nesse sentido, da mesma forma que o poder pode se fazer por alianças entre atores de interesses comuns, ele pode também traduzir conflitos internos que afetam a relação de poder (CUNHA; SILVA, 2007). No trecho a seguir, diferente das seções anteriores de análise, a mídia constrói a ideia de que é possível utilizar os serviços de manobristas com **tranquilidade**. Isto é, sem incômodos por parte da fiscalização e sem cumprir ordens legais por parte dos estabelecimentos. O discurso ainda utiliza o termo **abusos** para caracterizar ações que os manobristas praticam.

[...] entregar o veículo na porta do estabelecimento aos homens de preto com **tranquilidade**.

[...] reforça que **abusos** de manobristas desagradam à comunidade.

A Figura 1 traz um mapa que representa a distribuição de registros de trabalho dos lavadores de carro divididos por região.

Figura 1 - Distribuição de lavadores de carro registrados em Belo Horizonte



Fonte - Parreiras (2012).

Percebe-se que a própria Prefeitura também faz escolhas geográficas na sua atuação como agente regulador. Se algumas regiões não têm fiscalização, como Barreiro, Oeste, Venda Nova e Norte, os trabalhadores informais não sentem a necessidade de se credenciar junto ao órgão municipal. Nessas regiões, como Venda Nova, por exemplo, na qual há forte desenvolvimento do setor de serviços e grande fluxo de pessoas e automóveis, fica difícil imaginar a não existência desses profissionais. Já na região Centro-Sul, há o maior número de registros e o maior número de fiscais, bastando uma observação rápida na cidade para encontrar os fiscais de colete azul da Prefeitura de Belo Horizonte para confirmar essa perspectiva. Isso demonstra que a territorialização do espaço do centro, por exemplo, pelos agentes de controle do poder público acontece na tentativa de desterritorialização dos atores populares como camelôs e flanelinhas/ lavadores de carro (CARRIERI et al., 2008).

O julgamento de práticas sociais cotidianas capitalistas

Quadro 5 - Prcesso de derivação da categoria final de conteúdo:
o julgamento de práticas sociais cotidianas capitalistas

Categorias iniciais	Ideias-chave	Categoria final
20. O credenciamento de lavadores precisa ser fiscalizado para evitar “abusos” 21. Crítica ao capitalismo “da rua”	22. O credenciamento de lavadores é, essencialmente, ruim 23. Legitimação de um modo “certo” de empreender	O julgamento de práticas sociais cotidianas capitalistas

Fonte - Elaborado pelos autores a partir das reportagens.

A mídia constrói um discurso de que o lavador credenciado, que agencia outras pessoas, faz algo ilegal e imoral. Condena a obtenção de lucro sem esforço físico por parte do lavador líder. Isso pode ser observado nas reportagens a seguir:

Dono da rua do Funcionários fica com a maior parte dos lucros e decide quem trabalha.

Enquanto oito flanelinhas se **desdobram** para lavar e vigiar 60 automóveis parados em dois quarteirões da via, Toninho, o **patrão** deles, **fica sentado numa espreguiçadeira** ou dentro do carro.

Dois terços do lucro ficam com ele, o que lhe permitiu instalar um hidrômetro e até um ponto de energia elétrica para ligar sua televisão em plena rua. Toninho não se mostra preocupado com a fiscalização e **continua a recrutar pessoas para cuidar dos carros**, administrando tudo **sem pegar no pesado**.

Flanelinhas licenciados pela PBH não respeitam as normas do credenciamento, invadem espaço de outros e comandam **esquemas ilegais que chegam a render R\$ 6 mil por mês.**

Como um rei em seu trono, Toninho **passa o dia estirado na espreguiçadeira que montou à sombra de uma árvore**, entre duas vagas na Rua Timbiras. À vontade no escritório erguido na via pública, ele **só assiste às Olimpíadas numa TV apoiada em baldes.**

O lucro chega a R\$ 6 mil por mês, sendo que **R\$ 4 mil vão parar no bolso dele sem qualquer esforço.** O cadastro que ele fez na PBH garantiu exclusividade sobre um dos quarteirões e ele o **terceirizou, numa manobra ilegal para não precisar pegar mais num pano ou balde.**

A mídia sugere ser errada a ação do lavador como “patrão”, usando o convencimento do outro como recurso para se atingir um dado objetivo (CUNHA; SILVA, 2007), no caso, o julgamento de práticas sociais cotidianas capitalistas. No entanto, se analisada a questão sem o viés da negatividade dada ao trabalho informal, percebemos que essa relação construída nada mais é do que uma expressão do capitalismo. Por que a mídia legitima uma empresa que busca o lucro, terceiriza, possui líderes e formas diferentes de remuneração e controle e não reconhece que essas são as mesmas características presentes no trabalho informal?

A questão é tão complexa que não consegue uniformizar discursos oficiais da prefeitura, por exemplo. Em alguns momentos, a reportagem apresenta o que a lei permite, deixando claro que os lavadores credenciados podem permitir ou não dividir o uso de seu espaço com outros lavadores. Já em outros momentos, essa divisão de espaço é considerada ilegal, sendo condenada pela mídia.

O que **diz a lei:** [...] Cabe apenas a quem se registrou primeiro no quarteirão **permitir ou não** que mais pessoas trabalhem no local.

O cadastro que ele fez na PBH garantiu exclusividade sobre um dos quarteirões e **ele o terceirizou, numa manobra ilegal para não precisar pegar mais num pano ou balde.**

Em uma dada matéria, um servidor público militar tentou interferir na relação entre lavadores, para se certificar de que havia um acordo na divisão de espaços de trabalho pelos lavadores.

Além de reduzir a oferta igualitária de estacionamentos públicos, os **fregueses influentes** são **coniventes** com o **loteamento irregular**. Um servidor do Tribunal de Justiça da Polícia Militar **chegou a mandar um policial** da guarda do edifício **pressionar** a reportagem para que entrasse num acordo com a flanelinha de outro quarteirão.

Quando a reportagem utiliza a expressão verbal **chegou a mandar um policial**, fica implícita a ideia de que, se a ação não extrapolou limites, estava perto de o fazer. E o discurso constrói um significado de negatividade da ação a partir das palavras **coniventes**, **pressionar** e **loteamento irregular**. Percebe-se que essa atuação do militar se configura como uma prática informal de controle no âmbito do motorista que deseja preservar seu território.

Outra característica do capitalismo refletida no trabalho informal refere-se à venda de bilhetes de estacionamento rotativo. A Prefeitura regulamentou alguns pontos nos quais são permitidas as vendas de rotativos. Contudo, lavadores/flanelinhas se apropriaram dessa prática como forma de obtenção de renda e como uma prática organizativa de controle informal do uso do espaço. Se esses indivíduos compram os rotativos pelo preço de venda ao consumidor final, como poderiam vendê-los pelo mesmo preço? Além disso, fica silenciado o fato de que existem compradores para esses rotativos mais caros pela comodidade trazida, assim como existem pessoas que pagam pelo serviço de manobrista na porta de restaurantes. A compra de rotativos nas mãos dos lavadores/ flanelinhas pode significar para o motorista uma garantia de vaga, que não deixa de se manifestar como estratégia de controle por ambas as partes: uns garantem clientes, outros, suas vagas.

A partir da análise de dados, percebe-se que o espaço da cidade é disputado e organizado entre diversos atores, como lavadores credenciados, flanelinhas, motoristas, pedestres, Estado (sendo representado na municipalidade por agentes da Prefeitura), empresários, entre outros. Cada um desses atores transforma o espaço em seu território pela apropriação e usos diferenciados (RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2005). E esses territórios estão sempre em constante disputa, sejam por aqueles que o defendem ou por aqueles que o desejam conquistar (STAUB, 2004).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo neste artigo foi analisar como possíveis formas de controle se configuram no âmbito da cidade no contexto da territorialidade. Para tanto, foi utilizado o discurso da mídia que pôde ser dividido em quatro categorias de análise: a) Legitimação do código de posturas; b) A indiferença e a crítica da territorialização sem suporte “empresarial”; c) A (parte da) cidade que interessa; e d) O julgamento de práticas sociais cotidianas capitalistas. Analisando essas categorias sugere-se que há uma segregação espacial que se dá no ordenamento urbano que privilegia interesses privados e de alguns poucos grupos, o que é legitimado pela mídia.

As formas de controle encontradas expressam tanto caráter material quanto simbólico. Inicialmente, tem-se um controle objetivo e formal da Prefeitura pela ação de agentes de fiscalização, que defendem a fiscalização/regulamentação como solução para alguns problemas urbanos. Sob a ótica simbólica, esse controle é legitimado pelo discurso da mídia que acaba defendendo interesses de uns e desqualificando os interesses de outros, como no caso dos flanelinhas/lavadores de carro, que territorializam o espaço urbano para trabalhar.

Entretanto, mesmo pensando que o poder, sob o aspecto da dominação, ora se sobrepõe ao poder como apropriação em virtude da mercantilização da cidade, como visto nos discursos da mídia, é preciso reconhecer as práticas sociais que territorializam o espaço. O espaço transforma-se em território a partir das relações sociais em constante movimento que nele ocorrem. Os lavadores/flanelinhas também limitam e controlam seu território, físico ou simbólico, com suas estratégias, como desenvolver relacionamentos com porteiros e clientes, fugir dos agentes de fiscalização a partir de uma rede de informações, estacionar carros ocupando mais de uma vaga, além de utilizar marcadores, artefatos e símbolos para marcar seu território, como bancos, televisões, baldes, coletes e uniformes.

Há, ainda, outras formas de controle que se referem à defesa de seu território por parte dos empresários, donos de estabelecimentos que utilizam o serviço chamado de manobrista. Na prática, o serviço de manobrista e o de flanelinhas são semelhantes infrações à legislação. Contudo, por sua posição diferente no jogo de poder (TELLES; HIRATA, 2010), os empresários utilizam diferentes estratégias de controle para sua defesa e sobrevivência. Com o apoio da mídia, eles usam do convencimento como recurso para um dado objetivo (CUNHA; SILVA, 2007): a aceitação da sua prática como necessidade. Eles usam, para tanto,

argumentos que são valorizados pela sociedade atual e legitimados pela mídia, como o trabalho formal com carteira assinada, a comodidade de clientes, que não dispensam o serviço e a defesa da regulamentação da atividade. Esse último argumento reflete o caráter de mercantilização da cidade, na medida em que defende o pagamento de uma taxa para um serviço condenado pela lei.

A compreensão dessas práticas de controle no âmbito da territorialidade leva a perceber a importância de se pensar a cidade a partir de suas relações sociais, que se constroem em meios a jogos de poder, incluindo práticas ilegais e ilícitas, mas legitimadas no corpo social. Além disso, é possível perceber como os discursos são moldados de acordo com os interesses dos atores, ou seja, são construções sociais. Conclui-se que o uso de práticas formais de controle tentam desterritorializar espaços apropriados por atores que fazem seu próprio uso da cidade, no caso estudado, como local de trabalho. Além disso, a legitimação de discursos hegemônicos silencia sobre outros problemas urbanos. Observa-se uma segregação espacial que se dá no processo de urbanização e ordenamento urbano que, atualmente, privilegia interesses privados e de alguns poucos grupos. A partir disso, atores que não tem seus interesses defendidos nesse processo desenvolvem práticas organizativas de controle na cidade e estas manifestações deveriam ser pensadas na construção de uma gestão urbana, já que a organização da cidade são vivências de seu povo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. O. Dinâmica territorial do recôncavo baiano: espacialidade e temporalidade. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, XV, 2010, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: AGB, 2010.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

BROWN, G. *Territoriality in organizations: theory and measurement*. 2005. 176 f. Thesis. (Doctorate of Philosophy) - Faculty of Graduate Studies, University of British Columbia, Vancouver, 2005.

CARRIEIRI, A. P.; MARANHÃO, C. M. S. A.; MURTA, I. B. D. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1315-1342, nov./dez. 2009.

CARRIERI, A. P.; MURTA, I. B. D.; MENDONÇA, M. C. N.; MARANHÃO, C. M. S. A.; LEITE-DA-SILVA, A. R. Os espaços simbólicos e a construção de estratégias no shopping popular oiapoque. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 1-13, jun. 2008.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 2006.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o Movimento Quarteirão do *Soul*. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, VII, 2012, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPAD, 2012.

CUNHA, M. E. C.; SILVA, J. M. P. O uso do território e as relações de poder no município de Barcarena-PA. *Revista Científica da UFPA*, Belém, v. 6, n. 1, jan. 2007.

FANTINEL, L. D.; CAVEDON, N. R. A cultura organizacional do restaurante Chalé da Praça XV em Porto Alegre: espaços e tempos sendo revelados. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 6-37, jan./fev. 2010.

FÉLIX, W. J. S.; IPIRANGA, A. S. R.; CÂMARA, J. F.; RODRIGUES, K. M. De “tapera” ao turismo: quando organizações transformam cidades. **Revista Turismo Visão e Ação**, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 334-357, set./dez. 2008.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 66, p. 24-34, jan./jun. 2005.

GEIGER, P. P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 2006.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf Acesso em: 05 dez. 2012.

IPIRANGA, A. S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-90, jan./fev. 2010.

JERÔNIMO, R. N. T.; GONÇALVES, T. M. O processo de apropriação do espaço e produção da subjetividade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 195-200, abr./jun. 2008.

MENDES, L.; CAVEDON, N. R. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. **Urbe**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 123-140, jan./jun. 2012.

PARREIRAS, M. Dono da rua do funcionários fica com a maior parte dos lucros e decide quem trabalha. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/08/12/interna_gerais,311379/dono-da-rua-do-funcionarios-fica-com-a-maior-parte-dos-lucros-e-decide-quem-trabalha.shtml Acesso em: 05 dez. 2012.

PRESTES MOTTA, F. C. Controle social nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 11-25, jul./set. 1979.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICETO, A.; SILVA, V. P. O território como categoria de análise da geografia. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 28, p. 146-152, dez. 2008.

SANTANA, G. A. S.; REIS, A. O.; REIS, M. C. T.; TAVARES, B. A representação social na interpretação de um sonho de cidade coletivamente construído. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 5, n. 1, p. 41-55, jan./mar. 2013.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, mar./abr. 2012.

SILVA, J. M. P. **Poder, governo e território na sociedade contemporânea**. Série Estudos e Ensaios / Ciências Sociais / FLACSO Brasil, Rio de Janeiro, p. 1-14, jun. 2009.

STAUB, I. D. **Competição territorial por espaços organizacionais em processo de pós-aquisição: um estudo de empresas siderúrgicas brasileiras**. 379 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

STAUB, I. D.; BULGACOV, S. Territorialidade, competição e papéis gerenciais: um estudo de agências bancárias de Curitiba. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXIV, 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2000.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 39-59, nov. 2010.